



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
房屋局  
Instituto de Habitação

## **Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Si Ka Lon**

Em cumprimento do despacho do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Si Ka Lon, de 27 de Março de 2014, enviada a coberto do Ofício n.º 253/E211/V/GPAL/2014 da Assembleia Legislativa, de 28 de Março de 2014 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 1 de Abril de 2014:

A construção da habitação económica tem como principal objectivo: apoiar os residentes, com determinados níveis de rendimento e património, na resolução dos seus problemas habitacionais. De acordo com os termos do n.º 4 do artigo 34.º da Lei da habitação económica, o Instituto de Habitação (IH) procede à resolução do contrato-promessa de compra e venda caso verifique que, durante o período entre a celebração do contrato-promessa de compra e venda e a emissão do termo de autorização, o promitente-comprador e os elementos do seu agregado familiar não cumprem os requisitos previstos no n.º 3 do artigo 14.º, os candidatos não podem ser ou ter sido: promitentes-compradores ou proprietários de prédio urbano ou fracção autónoma com finalidade habitacional ou de terreno na RAEM ou concessionários de terreno do domínio privado da RAEM, salvo o incumprimento daqueles a favor de quem seja transmitida a posição contratual por morte do promitente-comprador ou dos elementos do seu agregado familiar.

1/3



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
房屋局  
Instituto de Habitação

Em virtude dos promitentes-compradores ou elementos do seu agregado familiar possuírem ou terem possuído propriedade, não podem obter o termo de autorização, daí não pode ser celebrada a escritura de compra e venda. De acordo com a legislação vigente, os promitentes-compradores podem desistir da aquisição das respectivas habitações, ou a título excepcional e mediante pedido devidamente fundamentado, o IH, pode autorizar a transmissão da posição contratual do promitente-comprador, mas tanto a desistência de habitação, como a transmissão da posição contratual, ainda depende da vontade dos interessados.

Em relação aos casos de que os promitentes-compradores das fracções de habitação económica ainda não celebraram as suas escrituras por motivo de alguns factores objectivos, e nos casos especiais em que os promitentes-compradores ou elementos do agregado familiar possuem ou possuíram propriedade por sucessão ou casamento e não obtêm o termo de autorização, o IH, dentro do princípio da legalidade, irá estudar outras resoluções viáveis para os respectivos casos, conforme a situação dos casos concretos e os motivos da posse das propriedades, está também a procurar as opiniões dos respectivos serviços sobre esta matéria.

A Lei da habitação económica entrou em vigor, no dia 1 de Outubro de 2011, isto é, há apenas pouco mais de dois anos, tendo sido realizados dois concursos de habitação económica durante este período, está-se ainda a comprovar toda a



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
房屋局  
Instituto de Habitação

eficácia de concretização e de operacionalidade desta lei, pelo que é necessário ponderar as opiniões e sugestões apresentadas por todos os sectores da sociedade para, se tal se revelar necessário, qualquer alteração a esta lei.

A Presidente do IH, Subst.<sup>a</sup>,

Kuoc Vai Han

15 de Maio de 2014